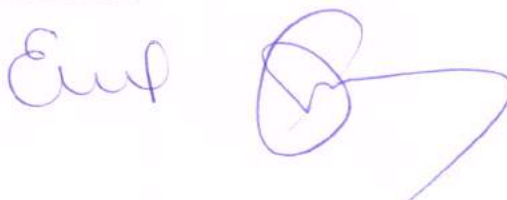


RESOLUÇÃO Nº 13/2015, DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

*ABETURA DE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE DE
2015, CONSTANTE NA RESOLUÇÃO 12/2015, DO CONSÓRCIO
PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA –
CIDES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS*

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA - CIDES, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto do CIDES, considerando a resolução 12/2015 que aprovou o orçamento 2016, submeteu à apreciação dos membros Consorciados presentes na 9ª Assembleia Extraordinária realizada no dia 14 de agosto de 2015, aprovou e o seu Presidente resolve:

Art. 1º - Fica o **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA - CIDES**, autorizado a realizar a abertura especial no valor de de R\$ 200.487,34 (Duzentos mil quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos) ao Orçamento vigente de 2015, destinados à elaboração do Plano de



Mobilidade Urbana para os municípios de Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Prata, Santa Vitória, Ituiutaba, mediante fonte de recursos a receita de convênios.

Art. 2º- Os recursos que custearão a abertura do presente crédito especial são provenientes de Contrato de programa pactuado entre o CIDES e os Entes consorciados que farão parte desta ação, conforme documentos formalizados entre as partes.

Parágrafo único. A classificação orçamentária e programática, bem como a criação da dotação para atender o objeto desta, está evidenciada nesta proposta orçamentária da seguinte forma:

10- CIDES

10- DEPARTAMENTO DE GESTÃO

1001- IMPLANTAÇÃO DO CIDES

2002- Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Municipal

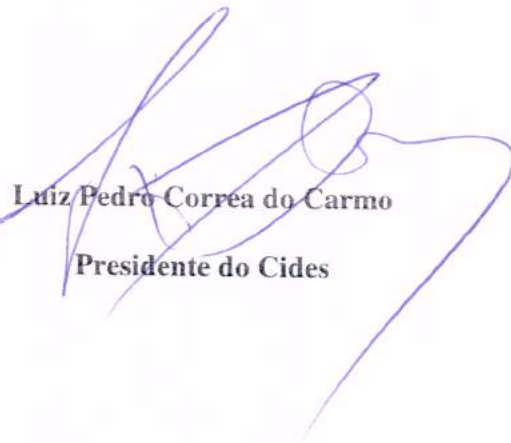
04.124.33.50.41.00 - CONTRIBUIÇÕES: R\$ 200.487,34 (Duzentos mil quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos)

Art. 3º Os créditos especiais abertos no orçamento vigente por meio da presente resolução, poderão ser suplementados observados os art. 40 a 46 da Lei Federal n. 4.320 de 17 de março de 1964.



Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

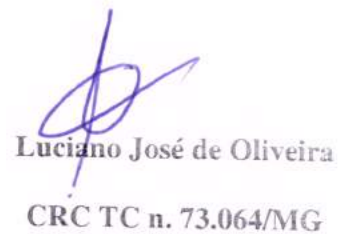
Uberlândia - MG, 14 de Agosto de 2015.



Luiz Pedro Correa do Carmo
Presidente do Cides



Ecione Cristina Martins Pedrosa
Secretária Executiva do Cides



Luciano José de Oliveira
CRC TC n. 73.064/MG

Uberlândia, 14 de agosto de 2015.

PRESIDÊNCIA DO CIDES

Ref.: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 14 DE AGOSTO DE 2015, DE CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO 02/2015 REFERENTE A ELABORAÇÃO DE PLANO DE MOBILIDADE URBANA MUNICIPAL DOS ENTES CONSORCIADOS.

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo (s) Senhor (es) Prefeito (s) consorciado (s),

Submetemos, por intermédio de Vossa Excelência, à apreciação dessa Egrégia Assembleia, a proposta que "Dispõe sobre a autorização para abertura de crédito adicional especial e dá outras providências.

Como é do conhecimento de V.Ex^a. O Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - CIDES tem por finalidade desenvolver em conjunto ações e serviços que promovam o desenvolvimento regional sustentável, nos entes federados consorciados.

O CIDES, para o cumprimento de suas finalidades e em conformidade com seu Protocolo de Intenções e Estatuto poderá:

- a) Firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais;
- b) Ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação;
- 3) Considera-se como área de atuação do consórcio público a que corresponde à soma dos territórios dos Municípios que o constituíram e fazem parte dele;
- 4) O consorciado adimplente tem o direito de exigir dos demais consorciados o cumprimento das obrigações previstas no presente Protocolo de Intenções.

A inclusão da referida dotação orçamentária possibilitará a execução de etapa importante e imprescindível para o atendimento a Lei Federal nº 12.587/2012 que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana e tornou obrigatória a elaboração dos Planos Locais de Mobilidade Urbana. A obrigação, voltada a todos os municípios que devem elaborar plano diretor, visa promover um esforço especial por parte dos gestores públicos para o tratamento de questões ligadas aos deslocamentos nas cidades como a acessibilidade universal, o incentivo a utilização do transporte público e o transporte não motorizado, a preservação do meio ambiente natural através da diminuição da emissão de poluentes, dentre outros aspectos.



Os efeitos da atual crise política e econômica vivenciada pelo país são sentidos de forma aguda pelas esferas de governo, variável que dificulta e até mesmo impede a elaboração de Planos determinados por leis de forma individualizadas sendo assim, as alternativas consorciadas são mais indicadas para a elaboração dos mesmos para que se compartilhem serviços e diminuam custos de estudos e implementação de serviços.

Em sendo assim, e com a intenção de atender ao pleito totalmente justificável dos entes consorciados, em atendimento a Lei Federal nº 12.587/2012 apresentamos esta proposta em questão para que após a aprovação da mesma, possamos encaminhá-la para a concessão de auxílio financeiro especial.

Expostas, as razões ensejadoras desta iniciativa que, esperamos, permita uma ampla e democrática discussão entre os entes consorciados vem submetê-la à votação e após sua aprovação seja devolvida para a sua sanção.

Nesta oportunidade, transmitimos votos de estima e consideração.



LUIZ PEDRO CORRÊA DO CARMO

Presidente do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e
Alto Paranaíba -- CIDES

EXMº. SENHORES PREFEITOS CONSORCIADOS
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

*PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 14 DE AGOSTO
DE 2015, CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO 12/2015*

*ABETURA DE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE DE
2015, CONSTANTE NA RESOLUÇÃO 12/2015, DO CONSÓRCIO
PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA –
CIDES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS*

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA - CIDES, no uso das
atribuições que lhe confere o Estatuto do CIDES, considerando a resolução 12/2015 que aprovou o
orçamento 2016, submeteu à apreciação dos membros Consorciados presentes na 9ª Assembleia
Extraordinária realizada no dia 14 de agosto de 2015, aprovou e o seu Presidente resolve:



Art. 1º - Fica o **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA - CIDES**, autorizado a realizar a abertura especial no valor de R\$ 200.487,34 (Duzentos mil quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos) ao Orçamento vigente de 2015, destinados à elaboração do Plano de Mobilidade Urbana para os municípios de Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Prata, Santa Vitória, Ituiutaba, mediante fonte de recursos a receita de convênios.

Art. 2º- Os recursos que custearão a abertura do presente crédito especial são os provenientes de Contrato de programa pactuado entre o CIDES e os Entes consorciados que farão parte desta ação, conforme documentos formalizados entre as partes.

Parágrafo único. A classificação orçamentária e programática, bem como a criação da dotação para atender o objeto desta, está evidenciada nesta proposta orçamentária da seguinte forma:

10- CIDES

10- DEPARTAMENTO DE GESTÃO

1001- IMPLANTAÇÃO DO CIDES

2002– Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Municipal

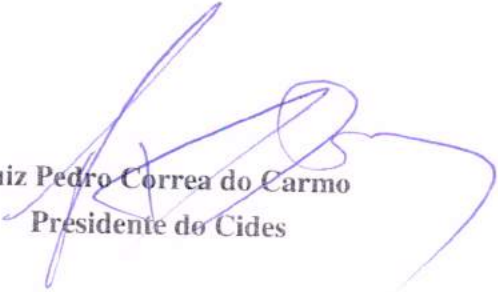
04.124.33.50.41.00 - CONTRIBUIÇÕES: R\$ 200.487,34 (Duzentos mil quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos)




Art. 3º Os créditos especiais abertos no orçamento vigente por meio da presente resolução, poderão ser suplementados observados os art. 40 a 46 da Lei Federal n. 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia - MG, 14 de Agosto de 2015.


Luiz Pedro Correa do Carmo
Presidente do Cides


Ecione Cristina Martins Pedrosa
Secretária Executiva do Cides